

Codilo Serviços em Tecnologia da Informação S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

Conteúdo

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	9
1. Contexto operacional.....	9
2. Principais práticas contábeis	9
2.1 Declaração de conformidade.....	9
2.2 Base de preparação e apresentação	9
2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação.....	9
2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.....	9
3. Principais políticas contábeis	10
3.1 Instrumentos financeiros.....	10
3.2 Imobilizado	11
3.3 Redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>).....	11
3.4 Caixa e equivalentes de caixa	12
3.5 Impostos.....	12
3.6 Demonstração dos fluxos de caixa.....	13
3.7 Receita operacional.....	13
3.8 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor	14
3.9 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	15
4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.....	17
5. Contas a receber clientes	17
6. Impostos a recuperar	17
7. Outros créditos	17
8. Impostos diferidos	17
9. Obrigações tributárias	17
10. Parcelamentos federais.....	18

11.	Mútuo com partes relacionadas.....	18
12.	Patrimônio líquido.....	18
12.1	Capital Social.....	18
12.2	Remuneração aos acionistas	18
13.	Receita de contratos com clientes	18
14.	Custos dos serviços prestados	19
15.	Despesas operacionais.....	19
16.	Resultado financeiro.....	19

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4	55.423	8.552	Fornecedores		22.637	50.337
Contas a receber de clientes	5	239.455	83.722	Obrigações e provisões trabalhistas		38.404	1.241
Impostos a recuperar	6	140.159	45.082	Obrigações tributárias	9	75.139	20.941
Outros créditos	7	-	247.176	Parcelamentos federais	10	18.796	14.666
				Outras obrigações		18.790	4.998
Total do ativo circulante		435.037	384.531	Total do passivo circulante		173.766	92.183
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	274.740	194.806	Parcelamentos federais	10	-	12.222
				Mútuo partes relacionadas	11	829.310	801.117
Total do ativo não circulante		274.740	194.806	Total do passivo não circulante		829.310	813.339
				Patrimônio Líquido	12		
				Capital social		318.000	318.000
				Ajustes de exercícios anteriores		-	-
				Ágio na emissão de ações/quotas		77.400	77.400
				Prejuízos acumulados		(688.699)	(721.585)
				Total do patrimônio líquido		(293.299)	(326.185)
Total do ativo		709.777	579.337	Total do passivo e patrimônio líquido		709.777	579.337

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Receita de contratos com clientes	13	1.928.964	1.268.190
Custo dos serviços prestados	14	<u>(1.159.739)</u>	<u>(24.041)</u>
Lucro bruto		<u>769.225</u>	<u>1.244.149</u>
Despesas gerais e administrativas	15	(747.697)	(924.502)
Outras receitas operacionais		-	-
Outras despesas operacionais		(17.443)	(13.505)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>4.084</u>	<u>306.142</u>
Receitas financeiras	16	3.547	1.613
Despesas financeiras	16	<u>(53.713)</u>	<u>(64.607)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(46.081)</u>	<u>243.148</u>
Imposto de renda e contribuição social		78.967	(64.629)
Prejuízo líquido do exercício		<u><u>32.886</u></u>	<u><u>178.519</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	2025	2024
Resultado do exercício	<u>32.886</u>	<u>178.519</u>
Resultado abrangente total	<u>32.886</u>	<u>178.519</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	Nota	Capital social	Ágio na emissão de ações/quotas	Prejuízo do período	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>318.000</u>	<u>77.400</u>	<u>(900.104)</u>	<u>(504.704)</u>
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>178.519</u>	<u>178.519</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>318.000</u>	<u>77.400</u>	<u>(721.585)</u>	<u>(326.185)</u>
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32.886</u>	<u>32.886</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>318.000</u>	<u>77.400</u>	<u>(688.699)</u>	<u>(293.299)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Resultado do exercício	32.886	178.519
Ajustes para:		
Imposto de renda e contribuição social	(78.946)	64.629
Juros apropriar empréstimo	28.192	44.252
Total após ajustes	(17.867)	287.400
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(155.732)	(43.968)
Impostos a recuperar	(95.077)	(32.159)
Outros créditos	247.175	(187.448)
	(3.634)	(263.575)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(27.699)	19.384
Obrigações e provisões trabalhistas	37.163	-
Obrigações tributárias	54.198	(7.658)
Parcelamentos federais	(8.093)	959
Mútuo partes relacionadas	-	-
Outras obrigações	13.792	4.998
	69.362	17.683
Recursos líquidos provenientes das (usados nas) atividades operacionais	47.860	41.508
Imposto de renda e contribuição social pagos	(989)	(39.828)
Recursos líquidos provenientes das (usados nas) atividades operacionais	-	1.680
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos		
Recursos líquidos usados nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	46.871	1.680
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.552	6.872
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	55.423	8.552
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	46.871	1.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Codilo Serviços em Tecnologia da Informação, devidamente inscrita no CPNJ sob o nº 22.022.970/0001-20 é uma sociedade anônima, domiciliada na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina. A Companhia tem como objetivo (i) desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; (ii) web design; (iii) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador e customizáveis; (iv) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador e não-customizáveis; (v) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; (vi) treinamento em informática; (vii) reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos. As atividades previstas nas alíneas (iv) a (vii) do objeto social poderão ser realizadas no estabelecimento sede da empresa, ou nas dependências do cliente.

2. Principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas completas de contabilidade adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para conclusão da preparação desta demonstração financeira ocorreu na reunião de diretoria realizada em 25 de abril de 2026.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$).

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores a mensuração e reconhecimento de certos ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas críticas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos a estimativas significativas incluem:

- I. A análise de recuperação dos valores e determinação da vida útil dos ativos imobilizados;
- II. Estimativas de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- III. A identificação e valorização da provisão para litígios;
- IV. As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que declarado o contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequente mensura ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado da seguinte forma:

(i) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Nesta categoria a Empresa classifica, principalmente, “Contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “Caixa e equivalentes de caixa”, além de “fornecedores e outras contas a pagar.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(iv) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.2 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

3.3 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Provisão de perdas no recebimento de créditos

A política de constituição de provisão de perdas no recebimento de créditos, consiste em reconhecer os títulos vencidos acima de 90 dias para os clientes da iniciativa privada. Para os clientes da área pública, adota-se como critério para o reconhecimento da provisão, os títulos vencidos acima de 180 dias, adotando ainda o efeito vagão. A administração efetua a análise individual da carteira de contas a receber para verificar se não existe nenhuma exceção a premissa inicial, seja para constituição de provisão ou reversão.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras utilizadas na atividade operacional, não sujeitas a risco de mudança significativa de valores e prontamente conversíveis em montante de caixa, no período inferior a 90 dias.

3.5 Impostos

(i) Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido é apurado com base no lucro real.

- **Lucro Real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Ambos reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para

fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.
- Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados.

O valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e prestação de serviços das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e Contribuições		Alíquota
PIS	Programa de Integração Social	0,65%
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00%
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00% e 3,00%
CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	4,50%

3.6 Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 R2. Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador.

3.7 Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, cancelamentos e impostos sobre as vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de contratos com clientes – Receita recorrente

A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes possuem acesso ao software em sua versão mais recente; (ii) manutenção, suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e suporte ao cliente.

A receita recorrente é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento são atendidos.

Receita de contratos com clientes – Receita não recorrente

A receita de software não recorrente compreende: (i) licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminados; e (ii) serviços de implantação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento.

- (i) Serviço de licenciamento é reconhecido quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Empresa.
- (ii) As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas quando os serviços são prestados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.8 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3.9 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Os valores contábeis dos principais ativos e passivos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Ativos Financeiros		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	55.423	8.552
Contas a receber de clientes	239.455	83.722
Passivos Financeiros		
Fornecedores	(22.638)	(50.337)
	272.240	41.937

b. Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

c. Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Companhia os quais podem provocar alterações nas receitas da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente essas oscilações.

d. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

e. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Sociedade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e/ou danos à reputação da Companhia.

A responsabilidade primaz para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam de seu valor justo.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- **Contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar** – Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

f. Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Para gestão do capital, a administração efetua o acompanhamento dos seguintes indicadores:

- Grau de endividamento
- Capital circulante líquido e índice de liquidez corrente
- Avaliação das disponibilidades de caixa no curtíssimo prazo

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2025	2024
Contas correntes	55.306	8.446
Aplicações financeiras	117	106
	55.423	8.552

Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras referem-se a Fundos de Renda Fixa, com rendimentos que variam em média 103,54% do CDI (70% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2023). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, não estão sujeitas a risco de mudança de valores.

5. Contas a receber clientes

	2025	2024
Clientes nacionais	239.455	83.722
	239.455	83.722

As contas a receber de clientes são reconhecidos pelo valor nominal e deduzidos da estimativa de perdas esperadas. Não foram estimadas perdas esperadas para os exercícios de 2024 e 2023.

6. Impostos a recuperar

	2025	2024
Impostos a recuperar	8.220	58
IRPJ/ IRRF a compensar	81.718	27.462
CSLL a compensar	50.221	17.562
	140.159	45.082

7. Outros créditos

	2025	2024
Adiantamentos a fornecedores	-	247.175
	-	247.175

8. Impostos diferidos

	2025	2024
IRPJ diferido	202.015	143.240
CSLL diferido	72.725	51.566
	274.740	194.806

9. Obrigações tributárias

	2025	2024
ISS a recolher	8.061	2.710
IRRF a recolher (PF)	9.685	9.765
Parcelamento de IRPJ	-	-
Outras obrigações tributárias	57.393	8.466
	<u>75.139</u>	<u>20.941</u>

10. Parcelamentos federais

	2025	2024
Parcelamentos de IRPJ	18.796	26.888
	<u>18.796</u>	<u>26.888</u>

11. Mútuo com partes relacionadas

	2025	2024
Softplan Planejamento e Sistemas Ltda.	829.310	801.117
	<u>829.310</u>	<u>801.117</u>

Sobre o valor do mútuo incidirá correção monetária correspondente ao IPCA/IBGE, desde a data de liberação até efetivo pagamento. O mútuo deverá ser quitado em até 12 meses contados da assinatura do mútuo.

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 318.000,00 (trezentos e dezoito mil reais), representado por 318.000 (trezentas e dezoito mil) ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

12.2 Remuneração aos acionistas

O estatuto social da Companhia determina que os lucros auferidos devem ser distribuídos aos acionistas proporcionalmente a quantidade de suas ações.

A Companhia poderá distribuir 25% dos lucros após a compensação de prejuízos acumulados, constituição da reserva legal e outras destinações previstas em seu estatuto.

Durante o exercício de 2025 e 2024 não houve distribuições de lucros em função da Companhia apresentar prejuízos acumulados.

13. Receita de contratos com clientes

	2025	2024
Receita Bruta	2.125.784	1.411.453
Deduções da receita	(196.820)	(143.263)
Receita de contratos com clientes	<u>1.928.964</u>	<u>1.268.190</u>

14. Custos dos serviços prestados

	2025	2024
Serviços de terceiros	(1.159.739)	(24.041)
Total	(1.159.739)	(24.041)

15. Despesas operacionais

	2025	2024
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com pessoal	(602.596)	(511.812)
Despesas com viagens	(11.005)	(5.012)
Serviços de terceiros PJ	(36.246)	(402.510)
Aluguel imóvel	(14.400)	(3.600)
Outras despesas administrativas	(83.450)	(1.568)
	(747.697)	(924.502)

16. Resultado financeiro

	2025	2024
Rendimentos de aplicação financeira	12	8
Juros ativos	3.535	1.555
Descontos obtidos	-	50
Receitas financeiras	3.547	1.613
Despesas com tarifas bancárias	-	-
I.O.F.	(9.883)	-
Juros/Multas s/imposto atraso	(14.706)	(18.050)
Descontos concedidos	-	(2.305)
Juros passivos	(29.000)	(44.252)
PIS/COFINS sobre Receitas Financeiras	(124)	
Despesas financeiras	(53.713)	(64.607)
Resultado financeiro líquido	(50.166)	(62.994)

* * *

André Tavares Andrade
CFO

Eduardo Cavalcante Muller Junior
Contador CRC/BA 032594/O-2 T-SE